

## Conferência de Imprensa

**Orador:** Fernando António Mazanga

**Função :** Vice-Presidente da Comissão Nacional de Eleições

**Tema: CENÁRIO SOMBRIO PARA ELEIÇÕES LIVRES, JUSTAS E TRANSPARENTES A 09 DE 10/2024**

**DATA:** 20 DE MARÇO DE 2024

**LOCAL-** SEDE NACIONAL DO PARTIDO RENAMO, AV. AHMED SEKOU TOURÉ- MAPUTO

**HORA:** 10 HORAS

Convocamos esta conferência de imprensa, senhores jornalistas, para exteriorizarmos a nossa desilusão e indignação no que diz respeito ao estágio de preparação das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024.

O cenário é sombrio, tendo em conta que os processos devem ser meticulosamente preparados por forma a que os resultados possam ser credíveis e aceitáveis.

Mergulhamos no recenseamento eleitoral a 15 de Março do corrente ano, sem termos tido condições para uma reflexão e avaliação do processo transacto. Voltamos a mergulhar na mesma ignominia, repleta de incertezas sobre a lisura do recenseamento das eleições Autárquicas de 2024.

É doloroso trabalhar condicionado numa matéria inerente a soberania do Estado Moçambicano. Isto equivale a tomar banho e voltar a usar a mesma roupa suja.....

Mas isto acontece porque, na nossa opinião, não há vontade de quem de direito, de proporcionar condições óptimas para um processo eleitoral

genuíno. Estamos na mesma mediocridade onde o Governo não disponibiliza meios logísticos em tempo útil. O pior de tudo é que com o advento das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024, entraram novos colegas para as CDEs, nos Distritos sem Autarquias, que deviam ter passado por uma indução para a sua integração nos meandros do processo Eleitoral. Na verdade essa indução devia ter começado na CNE, passar para as CPEs e desaguar nas CDEs e CECs, porque ficou claro, em 2023 que o recenseamento eleitoral foi insípido, carregado de falta de lisura e transparência. O recenseamento das Autárquicas de 2023, foi horrível, por isso nós votamos contra, porque não reflectia o nível de um processo que garantisse eleições livres, justas e transparentes. Foi o que se viu na votação do dia 10 de Outubro de 2023. Um mau recenseamento reflecte-se em maus resultados...foi uma vergonha nacional que nos não queremos que volte a acontecer. O que dói mais e que criticamos, votamos contra mas a caravana passa... O que devemos fazer mais? Quem nos acuda? Nós testemunhamos que os resultados das eleições Autárquicas não foram justos nem transparentes. Gritamos, protestamos e fizemos a DECLARAÇÃO DE VOTO Vencido que foi até ao Conselho Constitucional. O Conselho Constitucional deu-nos razão ao devolver quatro Municípios a RENAMO, que os nossos colegas indicados pela Frelimo, haviam roubado.

Não entendemos porque é que o Conselho Constitucional mandou repetir em algumas Mesas das Autarquias de Marromeu, Milange, Gurué e Nacala Porto, depois de ter ficado claro que houve irregularidades que "de per si" mereceriam anulação de eleições nesses Distritos todos.

Não entendemos porque é que o Conselho Constitucional não devolveu aos órgãos encarregues de fazer eleições, neste caso a CNE/STAE para a recontagem dos votos nas Autarquias de Maputo-cidade e Maputo-Província, com supervisão reforçada depois de termos provado que houve negação da entrega da vitória aos verdadeiros ganhadores, por parte dos membros da Frelimo na CNE. Não nos tapem com o sofisma de "órgão

imparcial" quando em plena luz do dia os outros agem como célula do partido nos órgãos eleitorais, da base ao topo incluindo a chamada sociedade civil e religiosos, afectos a todos os níveis, com base na confiança partidária.

É notória a conexão do STAE com forças estranhas à CNE, o que se consubstancia em desobediência das orientações deste órgão. Só a título de exemplo, o Director Geral do STAE não cumpriu a orientação emanada pela plenária da CNE para suspender os Directores do STAE na Beira, em Marromeu, em Quelimane, em Gurué, por ter sido constatado que agiam à margem da Lei e fora das orientações da CNE. Quem deu força ao Director para desobedecer o órgão que o elegeu? Quem protege e suporta as atitudes independentistas do Director Geral do STAE? As províncias e Distritos estão abraços com falta de subsídios desde Novembro de 2023, mas o Director do STAE dá-se ao luxo de trocar as viaturas aprovadas pela CNE, no orçamento destinado a rúbrica dos transportes, dando novas viaturas aos Presidentes das CPEs e Directores Nacionais, antes mesmo de estas completarem 2 anos. De onde veio esse dinheiro para esses devaneios? Estamos preocupados porque o Director Geral do STAE age como um êmbolo solto, ancorado numa tríade do mal na CNE...

O STAE foi capaz de disponibilizar valores para a formação de formadores Centrais, Nacionais e Provinciais e colocou de lado a indução dos membros dos órgãos de apoio à CNE, que tem a responsabilidade de fazerem a supervisão do Recenseamento eleitoral e dos actos eleitorais, como manda a Lei. Há conivência na CNE dos ímpios, ao arrepio dos pios que estão amordaçados, melhor, apavorados sem poderem se manifestar com medo de represálias. Nós criticamos todos estes casos em sede do plenário, mas ficou como água em cima do pato. Dizem a boca cheia que enquanto os "cães ladram a caravana passa"...se o cenário é esse o que é que esta conferência de imprensa vai mudar? A filosofia Estóica, mais concretamente o seu ícone Marco Aurélio, nos ensina a nunca desistir.

Devemos ser perseverantes e proactivos e nunca procrastinar. Não devemos prostergar até que os financiadores deste processo acompanhem o seu financiamento através de auditorias a todos os níveis, para desactivar os esquemas que parecem ter tentáculos perniciosos para o órgão. Os nossos ouvidos estão prenhes de sempre ouvirem termos como: libertação, tesouro, património, Ministro, Vice-Ministro para sempre se justificar a falta de dinheiro para a organização do processo eleitoral com isenção e sem saltar etapas. Estamos cansados de termos nossas plenárias incompletos porque os colegas “ moram” no Ministério das Finanças para mendigarem a libertação dos dinheiros para o funcionamento do órgão. Até este momento fazem facturas do pleito passado que ainda não foram liquidadas. O STAE tem dívidas com fornecedores, com membros das CDEs, uns desde Novembro e outros desde Janeiro. A Justificação é sempre a mesma: o “sistema não libertou!”. “ O sistema ainda não gerou folha” Que sistema é esse que não disponibiliza a verba concebida para as várias etapas das eleições que cada uma depende da outra de forma ancorada. O processo eleitoral não se faz aos saltos de canguru. É tudo sequenciado que nem argolas de uma corrente e tudo cronometrado. A falta de execução de uma etapa prejudica todo o processo. Será que os funcionários das Finanças conhecem a impotência da realização das eleições num país democrático? Mas para cometerem erros de interpretação da TSU e depois andarem a cobrar a bonificação de subsídios indevidos são exímios... quem é que é responsabilizado por esses erros que prejudicam a organização do plano financeiro dos funcionários? Há funcionários que contraíram dívidas com terceiros, tendo em conta um determinado valor para de repente ser dito que o seu salário não é esse! Alguma vez um funcionário fez a sua folha? para gáudio da incredulidade, para os órgãos eleitorais, isso acontece justamente no ano eleitoral. Isto cheira a asturo... é uma estratégia para fragilizar os actores do processo e os tornar vulneráveis para serem corrompidos.

Mas afinal quem faz inspecção no Ministério das Finanças? Os funcionários do Ministério das Finanças tem competência para ditar o órgão e direccioná-lo a fazer aquisições em empresas da sua escolha? O que se assiste na CNE / STAE é bizarro; um autêntico festival de desmandos com tentáculos, que se suspeita que estejam ligados a uma determinada força política que tira dividendos. Como é possível que um orçamento aprovado na Assembleia da Republica, fruto do compromisso dos moçambicanos para com a democracia, tenha de ser "filtrado" pelo Ministro do Governo do partido que está no poder? Cadê a autonomia financeira e patrimonial do órgão independente dos outros poderes públicos e privados! Com este estágio de coisas não se pode ter eleições que garantam a alternância governativa, porque o Governo não vai permitir as eleições decoram num bom ambiente que pode por em perigo a manutenção do "status quo". A sociedade só repara na incúria que graça na CNE, sem prestar atenção ao ditado que diz que não se faz omelete sem ovos... não e possível fazer eleições sem dinheiro. Há bem pouco tempo fomos bafejados com a noticia de que estavam disponíveis 6 mil milhões, quinhentos oitenta e nove milhões e quinhentos e cinquenta e nove meticais de para o processo eleitoral para o ano 2024 de um total de pouco mais de 8 mil milhões orçamentados para o processo eleitoral de 2024, através do oficio numero 9/GM/MEF/DNTC/2024, de 3 de Janeiro. O Porta-voz da CNE, em nome da transparência, anunciou publicamente essa verba, mas ate hoje e uma miragem e vai gotejando ao sabor da vontade do senhor Ministro das Finanças! A pergunta e , onde esta a nossa autonomia financeira? A CNE funciona como balão de ensaio dos funcionários das finanças. Quando querem exercitar o impacto das suas acções de cortes dos dinheiros e para la onde se dirigem, porque sabem que la o boi adormeceu.

Queremos realizar eleições sem sobressaltos.

Queremos trabalhar com pessoas motivadas e pagas de acordo com os contractos deles. Videm só o caso dos Brigadistas do Recenseamento

Eleitoral e da Policia de Protecção Eleitoral PPE -sugiro que seja criada- foram para os Postos de Recenseamento sem os 50% dos seus subsídios acordados e plasmados no contracto, valor esse que, ainda por cima, e para custear despesas de alimentação, muitas vezes longe das suas famílias...

Estamos atentos a essas manobras que visam tirar animo dos agentes eleitorais, para os fragilizar e acto continuo serem seduzidos para a pratica de ilícitos eleitorais.

Instamos a PGR a não ignorar estas nossas suspeitas, no sentido de ver quem e que trava o financiamento dos órgãos eleitorais, sonegando o cumprimento do aprovado pela Assembleia da Republica, sobretudo para estas eleições gerais de 2024 depois do ensaio feito com as eleições Autárquicas em 2023. Não volte a acontecer o que aconteceu em 2023. Basta. Chega. Deixem que a decisão seja dos eleitores. Não somos cegos surdos e mudos.

Estamos a ver, ouvir. Por isso falamos. Queremos apelar aos concorrentes para libertarem os órgãos eleitorais e os tornarem de facto profissionais, respeitando a vontade do povo expressa nas urnas. Os moçambicanos merecem eleições livres, justas e transparentes. Não devemos primar por mediocridade prejudicando, desta forma, a soberania do povo.

Completamos hoje 5 dias depois do arranque do Recenseamento Eleitoral em todo o Pais com algumas excepções originadas por questões logísticas, por intempéries e pela falta de segurança em alguns Distritos de Cabo Delgado. Estamos a ficar preocupados com alguns relatos que nos chegam dos Distritos dando conta que continua o mesmo síndrome de envio de listas de prioridades no recenseamento, por parte de forcas politicas prejudicando os chamados desconhecidos. Queremos apelar a todas as forcas vivas a se dedicarem na denuncia destes actos contrários a lei. A lei especifica os que devem ser prioritários. São apenas esses, devidamente fundamentados que podem ser atendidos em primeiro. As listas vindas dos partidos políticos devem ser ignoradas, devendo se

respeitar a ordem de chegada, não há recenseamento colectivo. Os Supervisores das Brigadas praticarem esses actos, saibam que serão julgados e condenados, como já esta a acontecer com alguns prevaricadores das eleições Autárquicas de 2023.

A terminar queremos apelar a comunidade internacional a ser mais interventiva nos assuntos eleitorais, dando apoio e monitoria do que e feito com os seus apoios. Encorajamo-los a não procrastinar porque a alternativa a democracia multipartidária, e a democracia multipartidária.

=====

### **English translation Press Conference**

**Speaker:** Fernando António Mazanga

**Position :** Deputy Chairperson of the National Elections Commission

**Theme: SOMBRE SCENARIO FOR FREE, FAIR AND TRANSPARENT ELECTIONS** on 9/10/2024

DATE: 20 MARCH 2024

PLACE – RENAMO NATIONAL HEADQUARTERS, AV. AHMED SEKOU TOURÉ- MAPUTO

TIME: 10.00

We called this press conference to express our disappointment and indignation at the stage of preparations for the general elections scheduled for 9 October 2024.

The scenario is sombre, bearing in mind that the procedures should be prepared meticulously if the election results are to be credible and acceptable.

We plunged into voter registration on 15 March this year, without the conditions for reflection and assessment of last year's process. We have returned to the same ignominy, full of uncertainties about the integrity of the registration ahead of the 2023 municipal elections.

It is painful to work with restrictions on a matter inherent to the sovereignty of the Mozambican state. It's like taking a bath and then wearing the same dirty clothes again...

But this happens because, in my opinion, there is no will by those in charge to provide optimum conditions for genuine elections. We are in the same mediocre situation where the government does not make logistical resources available in good time. The worst aspect is that, with the approach of the general elections of 9 October 2024, new colleagues have entered the CDEs, in the districts without municipalities, who should have gone through an induction for their integration into the electoral labyrinth.

In fact, this induction should have begun in the CNE, passed into the CPEs and then flowed into the CDEs and CECs, because it was clear in 2023 that the voter registration was insipid, lacking in integrity and transparency. The registration for the municipal elections was horrible, and that is why we voted against, because it did not reflect a process that would guarantee free, fair and transparent elections. That was what was seen in the voting on 10 October 2023. A bad registration is reflected in bad results.

It was a national disgrace that we do not want to see repeated. What hurts most is that we criticised, we voted against, but the caravan goes on... What more should we do? Who will help us? We witnessed that the results of the municipal elections were neither fair nor transparent. We shouted, we protested, and our vote against went up to the Constitutional Council.

The Constitutional Council accepted we were right in that it returned four municipalities to RENAMO, which our colleagues, appointed by Frelimo, had stolen.

We do not understand why the Constitutional Council ordered the repetition of the elections at some polling stations in the municipalities of Marromeu, Milange, Gurué and Nacala Port, after it was clear that the irregularities deserved annulment of the elections in all these districts.

We do not understand why the Constitutional Council did not tell the bodies in charge of elections, the CNE and STAE, to recount the votes in Maputo and Matola, with strengthened supervision after we had proved that the Frelimo members of the CNE had refused to deliver victory to the real winners. Do not pull the wool over our eyes with sophistries about an “impartial body” when, in broad daylight, the others act as a Party branch inside the electoral bodies, from top to bottom, including the so-called civil society and religious figures, allocated at all levels on the basis of Party trust.

The connection of STAE with forces foreign to the CNE is notorious, and is expressed in disobedience to CNE instructions. By way of example, the General Director of STAE did not obey the instruction from the CNE plenary to suspend the STAE directors in Beira, Marromeu, Quelimane, and Gurué, because it was found that they had acted outside the law and outside the guidelines of the CNE. Who gave the Director the strength to disobey the body that elected him? Who protects and supports the independent attitude of the General Director of STAE? The provinces and districts have been deprived of their allowances since November 2023, but the Director of STAE has the luxury of swapping the vehicles approved by the CNE, in the transport budget, giving new vehicles to the CPE chairpersons and the National Directors, even before the old vehicles are two years old. Where does the money come from for these daydreams? We are concerned because the General Director of STAE acts as a loose cannon, anchored in a triad of evil in the CNE...

STAE was able to provide money for the training of the central, national and provincial trainers, but put aside the induction of members of the CNE's support bodies who have the responsibility of supervising the voter registration and other electoral acts as stipulated by law. There is connivance in the CNE of the impious, sending shivers down the spines of the righteous, who are gagged, or rather too scared to express themselves without fear of reprisals. We criticised all these cases in the plenary, but it was just water off a duck's back. They state openly that "the dogs bark, but the caravan moves on". If that's the scenario, then what will this press conference change? The stoic philosophy, and notably Marcus Aurelius, teach us never to give up. We should persevere and be pro-active until those financing this process accompany the financing through audits at all levels, to knock out schemes which seem to have pernicious tentacles.

Our ears are always full of terms such as: release, treasury, assets, Minister, Deputy Minister, always justifying why there is not enough money to organise an unbiased election, without jumping stages. We are tired of having our plenary sessions incomplete because our colleagues are in the Finance Ministry begging for the release of money so that the CNE can function. There are still invoices from last year's elections which have not been paid. STAE has debts with suppliers and with members of the CDEs, some since November, and others since January. The justification is always the same: "the system has not released the funds".

What system is this which does not make available the sums designed for the various stages of the elections, where each stage is anchored in the previous one? The elections do not jump like a kangaroo. Everything is

sequenced and timed. Failure to execute one stage damages the entire process. Do the staff of the Finance Ministry understand the importance of holding elections in a democratic country? But they are stars at committing errors in interpreting the TSU and then charging undue bonuses ... who is being held responsible for these mistakes which damage the organisation of the financial plans of public staff? There are staff who have contracted debts with third parties, based on a particular sum, but are suddenly told that this is not their salary at all! Incredibly this is happening in an election year ... This is a strategy to weaken the actors in the elections and make them vulnerable to corruption.

What is the inspectorate in the Ministry of Finance doing? Do the staff in the Finance Ministry have the power to order acquisitions in companies of their choice? What we see in the CNE/STAE is bizarre; a real festival of abuses with tentacles, suspected of links with a particular political force which takes advantages from this. How is it possible that a budget approved in the Assembly of the Republic, the fruit of the commitment of Mozambicans to democracy, has to be “filtered” by the Minister of the Government of the ruling party? ....

With this stage of things, one cannot have elections that guarantee democratic alternatives, because the government will not allow elections to occur in a good environment that might endanger the “status quo “. Society only notices the neglect rampant in the CNE, without paying attention to the proverb that you can’t make an omelette without eggs.... it is not possible to hold elections without money. A short while ago, we received the news that over 6.5 billion meticaís were available for elections in 2024, out of rather more than eight billion budgeted, through the notice number 9/GM/MEF/DNTC/2024, of 3 January. The CNE

spokesperson, in the name of transparency, publicly announced this sum. But so far it's a mirage, and comes in drops depending on the will of the Minister of Finance! The question is: where is our financial autonomy? The CNE works like a trial balloon for the staff of the Finance Ministry. When they want to practice the impact of their budget cuts, they go to the CNE, because they know that there the bull is asleep. We want to hold elections without upsets.

We want to work with motivated people paid in accordance with their contracts. Just look at the case of the voter registration brigade members and the Election Protection Police, PPE (which I suggest should be created). They went to the registration posts without the 50% of their allowances agreed and put into their contracts. This sum should pay for meal costs, since these people are often a long way from their families ...

We are attentive to these manoeuvres which are intended to dishearten the electoral agents, to weaken them, so that they will be seduced into committing electoral offences.

We urge the PGR not to ignore our suspicions, and look into who is blocking the financing of the election bodies, preventing compliance with what has been approved by the Assembly of the Republic, particularly for these general elections of 2024 after the test of the 2023 municipal elections. Let the decision come from the voters. We are not blind, deaf and mute.

We are watching and listening. And so we are speaking. We want to appeal to the competing forces to release the election bodies, and make them in fact professional, respecting the will of the people expressed at the ballot box. Mozambicans deserve free, fair and transparent elections. We should not allow mediocrity to take precedence, and thus damage the sovereignty of the people.

It is now 5 days since the voter registration began throughout the country, with some exceptions because of logistical questions, bad weather, and lack of security in some districts of Cabo Delgado. We are concerned with some reports reaching us from the districts, saying that the same syndrome is continuing of political forces sending priority lists for registration. All the live forces of society should denounce these illegal acts. The law specifies who should be treated as priorities, and only these should be attended to first. Lists from political parties should be ignored, and the order of arrival should be respected. There is no collective registration. Let the Supervisors of the Brigades that practice these acts know that they will be tried and sentenced, as is already happening with some offenders from the 2023 municipal elections.

Finally, we would like to urge the international community to intervene more in electoral matters, providing support and monitoring what is done with this support. We encourage them not to procrastinate, since there is no alternative to multi-party democracy